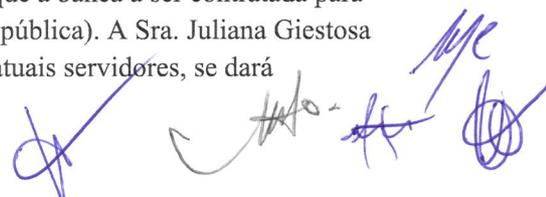


Ata ordinária 12/2019 – Conselho Municipal Fiscal

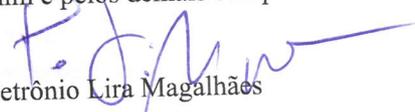
Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada no dia 04 de dezembro de 2019.

Aos quatro (04) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove (2019), às 14h, no auditório da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores - AMPASS, da Prefeitura do Recife, reuniu-se o Conselho Fiscal da AMPASS.

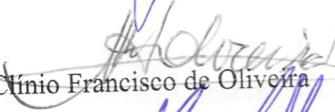
Presentes: os conselheiros Sra. Carmen Sofia C. do Nascimento, representante da CGM; Sr. Clínio Francisco de Oliveira, representante do SINDSEPRE; Sr. Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho, representante da SEFIN, Sr. Carlos Elias Andrade, representante do SIMPERE; Sr. Rodrigo Mota de Farias, representante da SEGOV e o Sr. Petrônio Lira Magalhães, representante da AFREM Sindical e presidente deste Conselho. Presentes também a Sra. Juliana Giestosa, gestora da Unidade de Controle Interno da AMPASS, o Sr. Gustavo Lins Dourado, chefe do Setor de Apoio ao Controle Interno, o Sr. Anderson Carlos Gomes de Oliveira, chefe da Divisão de Investimentos da AMPASS e o Sr. Élcio Guimarães, gerente administrativo financeiro da AMPASS. O presidente do Conselho Fiscal abriu a reunião lendo a ata da reunião anterior e passou a palavra ao Sr. Anderson Gomes que foi convidado pelos conselheiros a tirar dúvidas sobre a Política de Investimentos de 2020. Ele explicou inicialmente que a taxa de juros utilizada como meta, 5,87%, é estabelecida pela Secretaria de Previdência Social e se baseia na *duration* da carteira. O conselheiro Petrônio Magalhães questionou se esse índice não estava superestimado pois a rentabilidade das aplicações de renda fixa estão muito aquém desse patamar e são a maior fatia da carteira. O Sr. Anderson Gomes respondeu que a meta é factível, mesmo a maior parte dos títulos públicos sendo ofertados atualmente a 3,5% aa + IPCA. Informou que a renda fixa representa 67% da carteira de investimentos, enquanto a renda variável representa 33%. A rentabilidade bruta esperada, em 2020, para os investimentos em renda fixa é de 6,59% e para a renda variável é de 18,19%. Descontada a inflação, a rentabilidade esperada da carteira é de 104% da meta. O conselheiro Petrônio Magalhães questionou sobre as medidas a serem adotadas para a redução de riscos, uma vez que os volumes a serem investidos em renda variável são muito altos. O Sr. Anderson Gomes informou que os gestores da carteira sempre estiveram atentos a isso e citou como exemplos de mitigação de risco “critérios rigorosos de seleção de gestores de fundos” e “diversificação de estratégia com a adoção de fundos de dividendos e fundos de investimentos no exterior”. O Sr. Anderson Gomes informou ainda que fazem o monitoramento da carteira e que se o risco aumentar, adota-se como medida compensatória a redução da *duration* da carteira (na renda fixa). Finalizados os esclarecimentos, os conselheiros agradeceram ao Sr. Anderson Gomes. O conselheiro Carlos Elias sugeriu que a autarquia providenciasse uma apresentação da carteira de investimentos em linguagem simples e clara, não técnica, com gráficos, mostrando os investimentos em renda fixa e renda variável, as instituições financeiras onde estão investidos os recursos do fundo Reciprev, discriminando onde houve rentabilidades positiva e negativa, tudo em relação a 2018 e 2019. O conselheiro Márcio Carvalho sugeriu que tal apresentação se dê na reunião de fevereiro para que a autarquia tenha tempo de prepará-la após o fechamento do exercício atual. Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Gustavo Lins e à Sra. Juliana Giestosa que, também a convite do Conselho Fiscal, apresentaram as informações relativas ao andamento do concurso público para contratação de servidores para compor quadro próprio da AMPASS. O Sr. Gustavo Lins informou que a etapa atual do processo licitatório é a seleção da banca que fará o concurso. Questionado sobre o impacto financeiro, o Sr. Gustavo Lins informou que a autarquia pretende contratar 15 concursados em 2020 e que isso terá pequeno impacto na taxa de administração, elevando dos atuais 0,52% para 0,58% da folha de pagamento e que pode ser ainda menor com a saída de servidores em processo de aposentadoria. O conselheiro Rodrigo Farias sugeriu avaliar a possibilidade do estabelecimento de cadastro de reserva. O conselheiro Clínio Oliveira concordou com a formação do cadastro de reserva tendo em vista questões judiciais posteriores. O conselheiro Carlos Elias informou ser contra a formação de cadastro de reserva, devendo o concurso limitar-se apenas ao número de vagas e recomendou que a banca a ser contratada para aplicação do concurso seja uma banca pública (uma instituição pública). A Sra. Juliana Giestosa informou que o preenchimento das vagas, em substituição aos atuais servidores, se dará

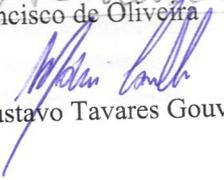


paulatinamente para que não haja comprometimento da qualidade do serviço e nem perda do conhecimento técnico existente na autarquia. Finalizada a apresentação sobre o andamento do processo licitatório do concurso público, a Sra. Juliana Gisestosa passou a falar sobre o Programa de *Compliance* e Boas Práticas de Governança, que tem como objetivo o atendimento às exigências legais, normativas e éticas, bem como às normas de boa governança corporativa, e terá os seguintes pilares: Avaliação de Riscos, Código de Conduta, Controles Internos, Treinamento e Comunicação, Gestão de Terceiros, Canal de Denúncias, Investigação Interna e Auditoria, Revisão e Melhorias. Por fim, a Sra. Juliana Giestosa informou que a AMPASS alcançou o nível III no Pró-Gestão e que apenas quatro entre os mais de 2.000 RPPS existentes no Brasil alcançaram esse nível, sendo 3 no nível III e 1 no nível IV. Os conselheiros agradeceram as presenças do Sr. Gustavo Lins e da Sra. Juliana Giestosa. Em seguida, o Sr. Elcio Guimarães pediu a palavra para informar a entrega, via e-mail, das informações contábeis solicitadas pelo Conselho Fiscal, também via e-mail, em 28/10/2019, acerca dos balanços financeiro e patrimonial dos fundos RECIFIN e RECIPREV referentes ao 1º semestre de 2019. O conselheiro Petrônio Magalhães agradeceu a entrega das informações e solicitou aos demais conselheiros a leitura do material. Em seguida, o conselheiro Clínio Oliveira registrou “preocupação quanto à composição do grupo de trabalho criado pela Prefeitura do Recife para adequação à reforma da previdência. A composição é formada pelos secretários de Administração, Jurídico e de Finanças”. Informou ainda que protocolou ofício na Secretaria de Administração da Prefeitura do Recife solicitando a participação de servidores no grupo de trabalho e que, “da mesma forma, a CUT protocolou ofício com mesmo expediente”. A conselheira Carmem Sofia questionou os demais conselheiros quanto a alterações no Plano de Trabalho de 2020 do Conselho Fiscal. Os conselheiros optaram por manter o mesmo plano de 2019 e estabeleceram as seguintes datas para as reuniões do Conselho Fiscal em 2020: 08/janeiro, 05/fevereiro, 04/março, 08/abril e primeira quarta-feira dos meses de maio a dezembro. Por fim, o presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Petrônio Lira Magalhães, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais componentes do Conselho Fiscal da AMPASS.

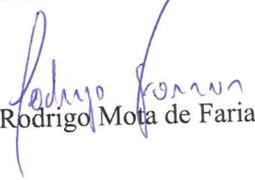

Petrônio Lira Magalhães


Carmen Sofia C. do Nascimento


Clínio Francisco de Oliveira


Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho

Carlos Elias Andrade


Rodrigo Mota de Farias